

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 1 (2025)

ISSN: 2177-2886

Artigo

Geografias das Mulheres Negras: Colonialidade, R- Existência e Reivindicação de Espaços

*Geografías de las Mujeres Negras: Colonialidad, R-
Existencia y Reivindicación de Espacios*

*Geographies of Black Women: Coloniality, R-Existence
and Claiming Spaces*

Rachel Cabral da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil
silvarachelcabral@gmail.com

Ana Beatriz da Silva

Universidade Federal Fluminense - Brasil
professoraanabia@gmail.com

Monique Bonifácio Barrozo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Brasil
moniquegeobonifacio@gmail.com

Como citar este artigo:

SILVA, Rachel Cabral da; SILVA, Ana Beatriz da; BARROZO, Monique Bonifácio. Geografias das Mulheres Negras: Colonialidade, R-Existência e Reivindicação de Espaços. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 1, p. 220-245, 2025. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Geografias das Mulheres Negras: Colonialidade, R-Existência e Reivindicação de Espaços

Geografías de las Mujeres Negras: Colonialidad, R-Existencia y Reivindicación de Espacios

Geographies of Black Women: Coloniality, R-Existence and Claiming Spaces

Resumo

Este artigo tem como objetivo explorar a trajetória geográfica das mulheres negras em diáspora, traçando um panorama desde a escravização até as formas contemporâneas de racismo e sexismo na Geografia. Assim, evidenciamos a importância de reformular o ensino de geografia para combater as narrativas que autorizam as violências ontológicas e epistêmicas e construir visões pluriversais. De modo, que tenhamos a inclusão de temas invisibilizados e ausentes na Geografia e a promoção de uma leitura espacial que reconheça as diferentes corporeidades, valorizando a diversidade e a potência das experiências femininas negras em marcha. Dessa forma, tais movimentações são passos necessários para desestabilizar a hegemonia eurocêntrica e fálica, promovendo a justiça social, racial e a equidade..

Palavras-Chave: Geografias negras; Colonialidade; Experiência espacial; Movimento de mulheres negras; Geo-grafias das mulheres negras.

Resumen

Este artículo explora la trayectoria geográfica de las mujeres negras en la diáspora, trazando un panorama que abarca desde la esclavitud hasta las formas contemporáneas de racismo y sexismo en Geografía. Por lo tanto, destacamos la importancia de reformular la enseñanza de la Geografía para combatir las narrativas que autorizan la violencia ontológica y epistémica y construir visiones pluriversales. De esta manera, podemos incluir temas invisibles y ausentes en la Geografía y promover una lectura espacial que reconozca las diferentes corporalidades, valorando la diversidad y el poder de las experiencias de las mujeres negras. Por lo tanto, estos movimientos son pasos necesarios para desestabilizar la hegemonía eurocéntrica y fálica, promoviendo la justicia y la equidad social y racial.

Palabras-Clave: Geografías Negras; Colonialidad; Experiencia espacial; Movimiento de Mujeres Negras; Geo-grafías de las Mujeres Negras.

Abstract

This article explores the geographical trajectory of Black women in the diaspora, tracing a panorama from enslavement to contemporary forms of racism and sexism in Geography. Thus, we highlight the importance of reformulating Geography teaching to combat narratives that authorize ontological and epistemic violence and to construct pluriversal visions. This way, we can include invisible and absent themes in Geography and promote a spatial reading that recognizes different corporealities, valuing the diversity and power of Black women's experiences in March. Thus, such movements are necessary steps to destabilize Eurocentric and phallic hegemony, promoting social and --racial justice and equity.

Keywords: Black Geographies; coloniality; spatial experience; Black Women's Movement; Geographies of Black Women.

Rachel Cabral da Silva, Ana Beatriz da Silva, Monique Bonifácio Barrozo



Introdução

Iniciar as Geografias das Mulheres Negras em diáspora, a partir da escravização, é adotar uma versão das geografias concebida por homens brancos e para brancos começando pelo que fizeram de nós, que teve origem no esquiteamento do continente africano. Nenhuma outra região do mundo sofrera um acontecimento de tal magnitude catastrófica, com o assassinato e rapto de milhões de africanas e africanos e o genocídio dos povos originários nas américas. O tráfico transatlântico constituiu a maior migração forçada da história e moldou uma geografia conformada pela história de colonialismo, escravidão transatlântica, pelos atos espaciais de racismo e sexismo e, também, de reexistências à supremacia estabelecida neste contexto colonial.

Essa estratégia do terror com estes/as sujeitos/as em diáspora teve como pano de fundo a missão civilizatória impulsionada pela expansão do cristianismo, mas o propósito (a alma) foi a expansão territorial e comercial engendrada pelo processo violento e brutal do tráfico transatlântico mercantil e racializado. Isto impôs uma política de dominação hierárquica que suprime a existência e a coexistência no espaço-tempo, tal como conta uma Geografia tradicional que lê o mundo profundamente ligado ao contexto do colonialismo, da escravidão e do imperialismo, e continua a influenciar a maneira como a geografia dominante lida com as questões de racismo, raça, classe, gênero e sexualidade. Essa abordagem enraíza-se na naturalização de um sistema de dominação que produziu a dinâmica entre essencialismos raciais e de gênero com espaços baseados em lugares e posicionalidades delimitados, classificando-os de acordo com as suas localizações geográficas e organizando-os hierarquicamente.

A história interrompida do continente africano retifica o epistemicídio (Carneiro, 2005), uma vez que a narrativa dos invasores/sequestradores/saqueadores é a que chegou até nós, prevaleceu como verdade e, com discurso distorcido, unilateral e difundido, concebe o tempo e o espaço do mundo de forma linear, etapista e evolutiva – visão que se tornou universal. De acordo com Santos (2009), essa é uma visão que conforma uma imagem de espaço construída a partir do eurocentramento do mundo, que transforma simultaneidades em sucessividades. Isso tem como consequência a eliminação de outros grupos étnicos como agentes dos processos históricos, desencadeando a política de branqueamento do território e determinando, em norma hierárquica e violenta, quem pode falar (Kilomba, 2019), produzir conhecimento, validar o que é conhecimento, explicar fenômenos e interpretar a realidade, ou seja, atuar como modeladores da organização socioespacial e das relações políticas do espaço.

Segundo McKittrick (2006), essa dinâmica introduziu uma hierarquia em que os europeus brancos burgueses eram considerados civilizados e plenamente humanos, criando uma visão de “corpo no lugar”, ou seja, que “está no lugar”. Tal perspectiva implica que apenas esses grupos eram vistos como modeladores legítimos da organização social e política do espaço, capazes de gerar ferramentas gráficas do mundo real a partir da interpretação e leitura dos territórios pela história do espaço, realizadas pelas explorações e conquistas européias masculinas entrelaçadas com um sentido diferente de lugar. A autora

nos diz que essa dinâmica é o apagamento lucrativo e a objetificação de subjetividades, histórias e terras subalternas que oculta as populações e as geografias no contexto das Américas.

Hawthorne e Lewis (2023) afirmam que a Geografia está diretamente implicada na elaboração de teorias raciais que sustentam o colonialismo, o fascismo e os nacionalismos violentos e que, de forma sucinta, a produção do espaço está ligada à produção da diferença. A Geografia tradicional (ou tradicionalmente?) tem a sua história marcada pelo racismo, pela “Outricidade”, que é a experiência de ser vista/denominada pelo outro como inferior. Assim, a diferença tornou-se sinônimo de desigualdade, uma vez que a denominação da criação do outro atribuiu subjetividade perversa às nomenclaturas (identidades) da diferença. Assim, é projetado nas pessoas racializadas (pelos brancos) aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado.

Frantz Fanon (2008), em “Pele negra, máscaras brancas”, corrobora a afirmação de Hawthorne e Lewis (2023) ao argumentar que o negro não é humano porque o mundo moderno colonial o encaixa como “mal absoluto”. O negro, nesse mundo, é identificado como um elemento corrosivo, que destrói tudo aquilo que se aproxima. É um elemento ausente de valores e seus mitos são a própria marca da sua indigência. Nesse contexto, a Geografia, como ciência social e espacial, contribui para o apagamento do senso de lugar negro. Essa perpetuação ocorre por meio do funcionamento da engenharia do racismo, que manteve as culturas negras “no seu lugar” e as rotularam como sem lugar, tal como aponta McKittrick (2011). Esse apagamento é naturalizado pela supremacia da episteme, pela ontologia branca e pela antinegritude (Vargas, 2020).

O antropólogo João Vargas (2020) define que antinegritude é “a negação ontológica da pessoa negra, em que a existência ontológica normativa é a existência não negra, a não existência é a pessoa negra, a negritude. Esse é o princípio fundamental da constituição da pessoa moderna” (Vargas, 2020, p. 19).

Colonialidade do Gênero e Subalternidade das Mulheres Negras

A Geografia, nesse cenário, tem sido um instrumento na perpetuação do essencialismo ao posicionar sujeitos negros e negras e as suas preocupações geopolíticas no lócus da subalternidade e marginalidade. McKittrick (2011) argumenta que a Geografia pode personificar as categorias raciaiscoloniais, intensificando discursivamente o sofrimento da população negra ao considerá-los como anômalos e inferiores, o que, convenientemente, sustenta a norma estabelecida enquanto, simultaneamente, oculta, nega e silencia seus sistemas de referência sociais e espaciais, tais como as lutas cotidianas enfrentadas por essas comunidades.

Lugones (2014), em “Rumo a um feminismo descolonial”, ao argumentar que a dicotomia hierárquica que marca o humano também se tornou uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as como não humanos, afirma:

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um

sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio da pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem europeu burguês (Lugones, 2014, p. 936).

A meta colonial foi naturalizar no/a colonizado/a tal posição de subalternizado, convertendo o dominado em participante da sua própria opressão, sendo sustentado pelos sistemas de hierarquias e explorações.

A perspectiva de Lugones (2014) indica que a justificativa da colonização estava atrelada a um projeto de transformação civilizatória que, além de impor uma nova ordem política e econômica, visava colonizar as memórias individuais e coletivas, as identidades pessoais, as relações interpessoais e até mesmo as percepções espirituais e cosmológicas. Tendo o cristianismo como principal veículo dessa missão, a normatividade de gênero e civilização concentrou-se não apenas na modificação e controle das práticas sexuais e reprodutivas, mas também no apagamento das práticas comunitárias tradicionais, dos saberes agrícolas, artesanais e cosmológicos.

Assim, a autora destaca a interconexão da colonialidade do poder e do ser. A primeira colonialidade, por meio do conceito de raça (Quijano, 2007), se constituiu um instrumento que legitima os dispositivos de poder ao racializar as relações entre colonizados/as e colonizadores, apontando que raça é um construto ideológico (social) sem qualquer relação com a estrutura biológica do ser humano e está totalmente relacionada com as relações de poder do capitalismo mundial, colonial/moderno e eurocêntrico/patriarcal.

Desse modo, o racismo foi e continua sendo fundamental para estruturar o sistema de produção e regular as relações sociais, interseccionando múltiplas hierarquias e reproduzindo-se nas relações sociais, criando uma série de mecanismos de poder dentro da lógica capitalista (Silva; Abranches Junior, 2020) que exclui a população racializada do poder. Com isso, o racismo define clivagens sociais e hierarquiza indivíduos e grupos a partir de suas identidades raciais e de gênero (Silva, 2018), considerando-lhes inferiores e negando-lhes participação no processo decisório que molda a sociedade. Esse processo perpetua a marginalização e a exclusão das populações racializadas do acesso aos espaços de tomadas de decisões e de poder.

A colonialidade do ser, resultante do processo de desumanização imposta pelo sistema colonial que reorganizou ontologicamente o mundo em categorias homogêneas com a dicotomia de humanos e não-humanos. Assim, a divisão hierárquica entre o humano e o não humano se torna o cerne da sociedade moderna.

Nesse contexto, Lugones (2014) informa que o conceito de “gênero” está também profundamente enraizado na modernidade colonial e na colonialidade de gênero. Isso significa que o sexo e o gênero não podiam ser vinculados inseparavelmente e racializados ao mesmo tempo. Dessa forma, a mulher colonizada é uma categoria vazia. A autora sugere que o dimorfismo sexual, ou seja, a diferença biológica entre os sexos, tornou-se a base para a compreensão dicotômica do gênero, considerado como uma característica humana. Essa

compreensão do gênero como dicotômico e vinculado ao dimorfismo sexual é uma consequência da colonialidade do gênero, pela qual as normas e hierarquias raciais são estabelecidas e mantidas por meio dessas distinções. Ao examinar a colonialidade do gênero, Lugones (2014) propõe focar nos seres que resistem a essa colonização do gênero pela diferença colonial.

Assim, Lugones (2014) propõe refletir sobre o feminismo descolonial, que é uma abordagem crítica que visa combater a opressão de gênero racializada por meio da descolonização do gênero. Ela define que essa descolonização é uma prática ativa que envolve uma crítica às formas de opressão racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, buscando uma transformação real da sociedade. Isso implica em situar quem teoriza dentro das experiências das pessoas, compreendendo a dinâmica histórica e subjetiva entre opressão e resistência e considerando a interseção de múltiplos sistemas de opressão.

Essa descolonização do gênero, para Lugones (2014), tem de estar alinhada com as experiências e perspectivas das pessoas afetadas, reconhecendo que elas são parcialmente moldadas pelas circunstâncias em que vivem. Além disso, o feminismo, segundo a autora, não se limita a oferecer uma narrativa das opressões das mulheres: vai além, fornecendo ferramentas para que as mulheres entendam sua situação e possam agir de forma a transformá-la.

Contudo, não é apenas por meio da descolonização do gênero que emergirão as complexidades das Geografias das mulheres negras, com seus conhecimentos, negociações, experiências, vivências e espacialidades. A Geografia brasileira, ao não revelar outras percepções e experiências espaciais de corpos racializados e generificados, acaba por silenciar essas existências. Em contraposição a essa ausência e apagamento, Silva (2009) destaca a urgência de uma reavaliação epistemológica, que questione a quem a ciência serve, o principal, a quem serve.

Nesse sentido, é necessário adotar uma abordagem pluriversal que incorpore temas invisibilizados e silenciados pela Geografia, confronte o apagamento e reconheça a existência de povos marcados pelo epistemicídio e ultrapasse a descolonização enquanto etapa de transição — que não deve ser tomada como um fim em si mesma — para, assim, avançar rumo a uma geografia comprometida com ao trazer possibilidades de pensar endogenamente as diferentes formas de existência espacial. (Silva, 2021).

Geografias Negras nas Perspectivas de McKittrick e Guimarães: Desafios e Reconstruções

Katherine McKittrick (2006), em *Demonic grounds: black women and the cartographies of struggle*, traz que as “*black geographies*” permitem que nos envolvamos com uma narrativa que localiza e se baseia em histórias negras, a fim de tornar visíveis as vidas sociais que são, muitas vezes, deslocadas e tornadas não geográficas, pois, segundo a autora, a Geografia tem um apego discursivo ligado à fisicalidade e à estática, na concepção de que o espaço “simplesmente existe” e que espaço e lugar são meros contêineres para as complexidades humanas e sociais.

Essa visão de algo que “simplesmente é” não apenas fundamenta nossa individualidade e nos mantém ancorados, mas também parece calibrar e

normalizar onde estamos e, consequentemente, quem somos. Portanto, tal ponto de vista esconde a humanidade e as experiências de espaço negras, pois nessa estrutura socioespacial em que vivemos se torna essencial destruir o senso de lugar negro (McKittrick, 2011).

A leitura espacial feita por McKittrick (2011) em *On plantations, prisons, and a black sense of place* analisa a relação entre negritude, lugar e violências raciais, tanto em ações concretas quanto epistêmicas. A autora identifica padrões estruturais destinados a explorar/interditar/matar/coagir/conter, disciplinar e condenar corpos negros por meio do tempo e do espaço resultantes da colonialidade, da desumanização e da resistência que moldam as experiências negras de espaço ou o senso de lugar.

No entanto, McKittrick (2011) enfatiza que as violências não definem integralmente esses mundos, pois as práticas espaciais das comunidades negras operam de maneira inventiva dentro e fora dos textos cartográficos e topográficos convencionais. Com isso, tornam possível a construção de um senso — ou sentido — negro de lugar, evidenciado tanto nos processos de desterritorialização vividos por essas comunidades quanto nas estratégias espaciais de processo de (re)construção em territórios considerados indesejáveis pela branquitude.

Esses processos se inserem em análises marcadas por atos urbicidas, que configuram os contornos genocidas da morte da cidade — isto é, a destruição violenta da infraestrutura urbana promovida por indivíduos ou grupos, sobretudo pelo Estado. Para a autora, trata-se de uma ação especificamente racializada, que evidencia como a violência e o urbicídio operam na materialidade da biopolítica.

Por outro lado, o contexto das Geografias Negras brasileiras delineado por Geny Guimarães (2015; 2020) propõe uma leitura das marcas ou grafias deixadas pelas sociedades ao longo do tempo e espaço, as rugosidades espaciais. Utilizando-se de diversas abordagens empíricas, teóricas e metodológicas, esse campo busca compreender, com base na teoria racial crítica, as identidades culturais das pessoas negras brasileiras, suas origens e valorizações socioculturais para além das lesões do racismo, propondo caminhos possíveis de reparação. Nesse sentido, a autora ressalta a importância de epistemologias e ontologias que reconheçam os processos e práticas espaciais em perspectivas afirmativas da agência negra que cria, produz e modela o espaço, conferindo visibilidade às pesquisas realizadas por pesquisadoras/es negras/os/es e reivindicando o devido reconhecimento acadêmico aos objetos de estudo relacionados ao grupo sociorracial negro.

As Geografias Negras reconhecem a diversidade das experiências e dos modos de vida das comunidades negras na diáspora, as formas específicas de construção do pensamento, a subjetividade e a pertença de identidade com o tema de estudo. Essa abordagem enfatiza que o racismo e o sexismo se manifestam espacialmente, afetando tanto os espaços quanto os próprios meios acadêmicos, sociais e políticos. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que propõe formas distintas de conhecer e imaginar o mundo, desafiando as narrativas hegemônicas e abrindo caminhos para novas possibilidades epistemológicas e metodológicas.

Nesse sentido, Katherine McKittrick (2006), ao articular estudos negros,

Geografia Humana e feminino negro, revela como a dominação — expressa por meio da ocultação, da marginalização e da imposição de fronteiras — se relaciona com as geografias das mulheres negras na produção social do espaço. A autora destaca que o papel das Geografias Negras é perturbar a colonialidade ao repensar a Geografia, recuperando o que esta ciência abandonou, desnaturalizando a ocultação social e reumanizando as subjetividades negras, de forma que as vidas e as histórias/experiências espaciais negras possam ser conceituadas e faladas de novas maneiras. Assim, McKittrick evidencia que o espaço e o lugar conferem significado à vida negra em um mundo que, frequentemente, considera as populações negras e suas geografias associadas como “não geográficas” ou filosoficamente subdesenvolvidas.

McKittrick (2006) afirma que as vidas negras são intrinsecamente geográficas, bem como enfrentam discursos que apagam e desespacializam seu senso de lugar. Assim, as Geografias Negras assumem o desafio ontológico e epistemológico de formular, propor e revelar leituras espaciais não reconhecidas de liberdade e de humanidade, e, também, de honrar narrativas raciais de lutas contra a morte e o senso anticolonial de lugar negro.

Leituras espaciais das representações das Mulheres Negras no Brasil

Renato Emerson dos Santos (2007; 2009; 2011) destaca a necessidade de repensar o ensino de geografia reposicionando o negro no mundo da Educação, construindo visões de mundo alternativas e pluriversais em oposição à visão unilateral e universalizada eurocêntrica que permeia a formação de professoras/es, pesquisadoras/es e de educandas/os/es. O autor defende a revisão de posturas, conceitos e paradigmas, como inserir ou excluir conteúdos, para uma Educação para equidade racial. Segundo o autor, a Geografia contribui para formação humana e cidadã pois o sentido de aprender e ensinar a Geografia é saber se posicionar no mundo.

Para o autor, “posicionar-se no mundo” implica uma dupla dimensão: (i) conhecer sua posição no mundo, o que exige um entendimento do próprio mundo; (ii) tomar uma posição no mundo, significando envolver-se politicamente no processo de construção e reconstrução do mundo. Portanto, posicionar-se no mundo é tanto reconhecer sua posição quanto tomar uma posição ativa, agindo. Para Santos (2009), compreender Geografia é saber onde você está e entender o mundo, mas o propósito essencial disso é capacitar a pessoa e os grupos sociais a agir no processo de transformação da sociedade, participando ativamente. Enfatiza-se, assim, a responsabilidade social que o ensino de geografia tem de informar às pessoas sobre o país que habitam e que cotidianamente ajudam a construir.

Em consonância com esse princípio, Barrozo (2018) analisa livros didáticos de geografia das coleções Araribá e Espaço e Vivência, destinados ao 7º ano e avaliados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Considerando que o livro didático é uma das ferramentas centrais na mediação da leitura de mundo, permitindo aos estudantes interpretar esse mundo a partir de sistemas de relações que estruturam um conjunto de posições baseadas na ideia de raça e em hierarquias sociais. Nesse contexto, as imagens desempenham papel fundamental na construção de subjetividades, de visões de mundo e de

representações de si.

A autora aponta que as imagens de mulheres negras presentes nos livros didáticos frequentemente perpetuam estereótipos e reforçam um imaginário negativo de inexistência, invisibilizando histórias, sujeitos, memórias e trajetórias. Essa abordagem atribui valores retrógrados à população negra, especialmente às mulheres negras, resultando em violência epistêmica, em desacordo com as Leis Federais 10.639/03¹.

Ao avaliar as imagens dos 124 registros no livro "Araribá", apenas quatro incluem mulheres negras; no "Espaço e Vivência", são duas entre 155 imagens, uma delas em preto e branco. A autora aponta que as mulheres negras são retratadas nos lugares em contexto de pobreza, reafirmando o imaginário de fome, miséria, doenças e mães sem companheiros, ou seja, o senso de lugar negro que está em conformidade com a lógica da branquitude. Mesmo quando retratadas de forma positiva, as mulheres negras são inseridas em espaços tipicamente associados à cultura negra, como mulatas do samba, empregadas domésticas, baianas tradicionais e cozinheiras.

Essas representações reforçam o mito da democracia racial que perpetua ideias preconceituosas sobre os corpos das mulheres negras. Essa lógica ou imaginário perverso também é um ditado popular: "branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar". Como aponta Gonzalez (1988), a hipersexualização transforma a mulher negra em mercadoria tanto para turistas quanto para o comércio nacional.

Essas representações das mulheres negras nos materiais didáticos e na sociedade perpetuam estereótipos que são resultantes do padrão branco, masculino e cristão. Envolvem, assim, a construção de imagens hegemônicas e dominantes sobre as pessoas e os espaços que habitam e percebem. Essas construções criam obstáculos significativos para a autoafirmação identitária das mulheres negras, que são constantemente negadas e oprimidas pelas normas estéticas brancocentradas e coloniais, diretamente relacionadas às formas de produção e reprodução de conhecimento ao longo da história em lugares específicos. São, portanto, socialmente construídas e marcadas pelas relações de poder.

Barrozo (2018) destaca que essa crítica não diminui a importância da mulher negra no samba. Pelo contrário, é vital reconhecer o papel fundamental das "tias baianas" no Rio de Janeiro no início do século XX, por exemplo. Esse foi um período de intensa perseguição às manifestações e espaços culturais negro-africanos e, também, às religiões de matrizes africanas. Dentre elas, destacam-se figuras como Tia Ciata, Tia Amélia e Tia Dodô, entre outras mulheres da diáspora. Elas foram fundamentais na proteção e promoção da diversidade cultural negra, sobretudo com as atividades religiosas e festas.

Estes espaços eram os *zungus*, que também serviam de esconderijo e fuga para as pessoas escravizadas. Essas grafias espaciais, construídas a partir de uma

1 A Lei 10.639/2003 alterou a LDB ao incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História da África e da Cultura Afro-brasileira". A lei foi alterada e complementada em março de 2008, por meio da Lei 11.645, ao incluir no currículo oficial a temática "História e Cultura Indígena". Nas palavras de Cirqueira *et al.* (2024, p. 2), "estas leis representam um marco na história da educação brasileira, pois, a despeito de ser um dispositivo jurídico instituído no âmbito do Estado, é fruto dos anseios, reivindicações e da luta histórica do movimento negro e indígena no Brasil republicano".

visão de mundo liderada por mulheres negras e de axé, eram espaços de resistência e articulação para o povo negro, permitindo a integração das manifestações culturais de rua da cidade por meio das festas – momentos de confraternização e manutenção de elos. Nesse período histórico, as formas de organização protagonizadas por pessoas negras eram sistematicamente rotuladas como desordem, o que resultou na estigmatização dessas espacialidades..

O movimento liderado por mulheres negras em seus quintais foi fundamental para o reconhecimento do samba como cultura popular. Sua presença nas ruas desafiou contenções espaciais racializadas. Essas mulheres protagonizaram a defesa de seus espaços, desde as quitandeiras e *zungus* no século XIX e XX, que perturbaram a ordem na cidade escravagista como a do Rio de Janeiro pelo direito à cidade por meio da cultura de terreiro e pela concepção de espaço e sociedade negro-africana.

Na contemporaneidade, as mulheres negras nas favelas e periferias posicionam-se à frente do movimento contra a violência policial que extermina seus filhos, maridos e familiares, reafirmando sua agência e presença mesmo adoecidas, mental e fisicamente, pela brutalidade e dor da impunidade em uma sociedade marcada por desigualdades e por um sistema estatal racista e genocida.

Nesse contexto, McKittrick (2006) nos convida a refletir sobre a produção do espaço a partir das vidas e das experiências das mulheres negras, que se diferem da Geografia tradicional e, ao mesmo tempo, funcionam em conjunto com ela. A Geografia da dominação se manifesta na leitura e no gerenciamento dos corpos racializados e sexualizados no espaço, forjados pelo racismo — isto é, pela escala de humanidade que define também a desumanização (Vargas, 2020). Esse controle, no entanto, não elimina completamente o conhecimento geográfico negro, mesmo quando presume que a feminilidade negra é desconhecida e descartável. Ela parece estar no lugar, imposto pela branquitude, justamente por estar fora do lugar. Em outras palavras, está deslocada. Essa perspectiva naturaliza corpos e lugares, evidenciando práticas espaciais injustas que sustentam o projeto geográfico dominante.

Assim, McKittrick (2006) argumenta que a categoria da mulher negra está profundamente interligada à organização espacial histórica e contemporânea, e que tanto a feminilidade quanto a humanidade das mulheres negras estão envolvidas em uma luta geográfica contínua. Essa feminilidade não é imutável ou desprovida de história, mas sim moldada por continuidades, contextos e rupturas que revelam como as mulheres negras se situam em um mundo que se beneficia de seus deslocamentos da diferença. A autora ressalta a necessidade de identificar as mulheres negras como participantes ativas em uma luta geográfica contínua, em vez de restringir sua análise às construções de raça ou interseccionalidade (raça, classe, gênero e sexualidade).

McKittrick (2006) sugere que as análises espaciais contextuais devem ir além de relegar as mulheres negras à margem, reconhecendo que a geografia é um terreno alterável por meio do qual essas mulheres podem afirmar seu senso de lugar. As questões de raça, classe, gênero e sexualidade contribuem para a identidade negra, mas não são os únicos indicadores. A autora enfatiza que, ao reconhecer a geografia como alterável, podemos ver como as geografias do passado e do presente são locais de luta contínua, questionando a aparente estabilidade de certos locais.

Além disso, McKittrick (2006) destaca que o racismo e o sexismo são atos espaciais que ilustram experiências e conhecimentos geográficos das mulheres negras, emergindo através da dominação. As geografias das mulheres negras, ao desafiar os espaços de subjugação, demonstram como a geografia é socialmente construída e tornam-se ferramenta valiosa para entender e afirmar várias formas de negritude. A autora não desvaloriza a injustiça do racismo e do sexismo, mas enfatiza que, se as práticas de subjugação são atos espaciais, as formas pelas quais as mulheres negras refletem, escrevem, interagem e negociam com seus ambientes de maneira entrelaçada com críticas geram novas possibilidades de leitura do espaço, ou seja, re-espacializações. Ainda, a autora nos informa que o estudo e o mapeamento das populações da diáspora negra podem provocar narrativas geográficas novas, diversas e, possivelmente, mais justas.

Complementando essa análise, Vaz e Ramos (2021) afirmam que ler as histórias das mulheres negras pelo prisma interseccional direciona que raça e gênero são dois dos principais e mais imediatos marcadores de identificação de um indivíduo na sociedade. Tais marcadores condicionam as relações sociais, afetivas, profissionais e, até mesmo, o gozo dos direitos humanos fundamentais. Nesta sociedade forjada pelo racismo, sexismo, patriarcado e classe, a vulnerabilidade é potencializada nas mulheres negras, reforçando, assim, a desigualdade no acesso a direitos, bens e status.

No entanto, quando as mulheres negras se mobilizam para sair do lócus da subalternidade, todo o resto é desestabilizado. As autoras destacam que o processo de produção de justiça mobilizada pela base da pirâmide econômica-social é uma forma de ampliar conquistas coletivas por trazer impactos para todas as camadas sociais. Segundo as autoras, a luta das mulheres negras contribui para uma ética do "nós" em substituição à lógica do "eu". Assim, demonstraremos como os atos espaciais das mulheres negras, ao evidenciar os marcadores corporais que determinam suas concepções de espaço e suas formas organizacionais constituídas, constroem espaços atravessados pela perspectiva interseccional – um fator importante para compreender o espaço a partir da organização das mulheres negras.

As Geografias das Mulheres Negras para emancipação e r-existências

Segundo Daley (2020), as interseções entre classe, raça, gênero e sexualidade são pilares centrais do sistema capitalista global de poder. No entanto, tratar as mulheres como uma categoria universal e imutável apresenta sérias limitações. No contexto ocidental, mulheres negras têm exigido o reconhecimento de sua feminilidade e humanidade, enfatizando as diferenças entre suas vivências e as de mulheres brancas. A autora observa que as vidas das mulheres negras são frequentemente representadas de forma preconceituosa e estereotipada por cientistas sociais e pela mídia, perpetuando imagens que reforçam a animalização, a vitimização e outras associações negativas, como a violência masculina negra, em vez de proporcionar um entendimento mais amplo das relações de gênero para além da percepção de animalidade, vitimização e do funcionamento da masculinidade negra violenta e da violência associada à comunidade negra.

Daley (2020) destaca que as mulheres negras desafiam e contestam não apenas as estruturas opressivas, mas também os pressupostos universalizantes

encontrados tanto na formulação de políticas liberais quanto nos discursos feministas, que apagam, homogeneizam ou marginalizam suas experiências. A autora aponta que, na Geografia, a maioria dos geógrafos são brancos e a maioria das geógrafas feministas são mulheres brancas. Com isso, as questões de raça e as vivências específicas de mulheres negras têm sido negligenciadas, permanecendo à margem na corrente dominante da Geografia feminista.

A negligência em relação às mulheres negras na Geografia se estende para além da Geografia feminista em debates centrais como por exemplo: (i) Geografia Econômica, que ignora sua exploração em setores precarizados, como trabalho doméstico e economia informal e as cadeias globais de produção; (ii) Geografia Ambiental, onde suas contribuições aos movimentos por justiça ambiental e sustentabilidade são invisibilizadas, apesar de estarem na linha de frente de movimentos em defesa de territórios.; (iii) Geografia da Saúde, que raramente, aborda os impactos específicos do racismo e sexismo em sua saúde; e aqui apresentaremos uma (iv) Geografia Política, por meio das contribuições das mulheres negras para movimentos sociais em suas formas de organização, mobilização, ação política coletiva e agência.

Daley (2020), assim como, as intelectuais orgânicas do Movimento Negro, reforça que as mulheres negras escreveram amplamente em espaços fora das universidades, lutando pela emancipação ontológica e política, buscando efetivar suas experiências, para além do olhar da branquitude. Desse modo, essas mulheres têm elaborado experiências/atos necessariamente espaciais. Contudo, a autora ressalta que a contínua marginalização do estudo racial no campo geográfico, priva a análise de novos *insights* sobre alternativas de viver e sobreviver as estruturas opressivas.

Nesse sentido, trazemos Antônia Garcia (2012), em "Mulher negra e o direito à cidade: relações raciais e de gênero", que analisa os sistemas de dominação social destacando as desigualdades mantidas pelos sistemas econômico, político, cultural e simbólico entre homens e mulheres, negros e brancos. A autora enfatiza que o crescimento de estudos e os movimentos feministas e antirracistas, especialmente aqueles liderados por mulheres negras, têm sido fundamentais para sensibilizar as ciências e as políticas públicas sobre as especificidades das mulheres negras. Essas mulheres enfrentam não apenas a dominação masculina, mas também são predominantemente vítimas do racismo, do feminicídio e do classismo, sendo o maior grupo social dentre os existentes em nosso país que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica no país.

Conforme Garcia (2012), o Brasil contemporâneo é caracterizado por ser predominantemente urbano, feminino e negro. Nesse contexto, há o desafio de questionar profundamente o modelo de sociedade que impede a plena cidadania dessas populações. A cidade, como lócus da sociedade política, é estratégica para as transformações sociais necessárias para a constituição de espaços urbanos inclusivos, democráticos e sustentáveis. Para a autora, alcançar a igualdade de gênero e raça nas cidades requer o reconhecimento das desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras e a implementação de políticas urbanas integradas que contemplem essas dimensões.

No contexto de acesso ao direito à cidade, destacam-se as experiências espaciais desenvolvidas por mulheres negras organizadas. Partimos, portanto, da abordagem das geo-grafias negras em movimento, engajadas e desde dentro

(Guimarães, 2020), trazendo as experiências de espaço do fazer político das mulheres negras organizadas no Rio de Janeiro na luta pela emancipação e pelo "bem viver"², em arenas de disputas políticas, econômicas e de poder, como ferramentas orientadoras na concepção de futuros alternativos pautado de forma afirmativa e positiva. As intelectuais orgânicas, nas quais nos inspiramos, devem ser ouvidas considerando suas ações sociais e políticas, mobilizações e estratégias-organizativas por meio de lutas no espaço das cidades, em pressões e reivindicações, a partir de agendas comprometidas com o antirracismo, o antissexismo e o anticapitalismo, bem como com a luta por justiça climática frente ao racismo ambiental que nos afeta.

Com base nas vivências e experiências interseccionais e insurgentes forjadas na luta das mulheres negras organizadas e articuladas em ações multi e interescales, em protestos negros que marcaram o espaço-tempo em Marchas de 1988³ e 1995⁴ entre outras ações políticas em defesa de direitos básicos para a população negra. Através de palavras de ordem, faixas e cartazes que se corporificam em cada ação coletiva utilizada pelo movimento social de mulheres negras em suas cidades e territórios de luta, e, especialmente, na 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras em Brasília/DF, realizada em 2015, "Contra o Racismo, a Violência e pelo BemViver", pois, entendemos, que essas manifestações expressam as "Geo-grafias Negras" construídas por mulheres negras em movimento.

Nesse contexto, Santos (2011, p. 60) caracteriza as marchas como "atos de luta do movimento" que grafam espacialmente atos sensibilizadores da opinião pública. O autor identifica os impactos das múltiplas experiências espaciais do fazer político, ressaltando três dimensões fundamentais: (i) da repercussão almejada, (ii) do ato e do cenário (local) do ato a ser executado, e (iii) do interlocutor a ser mobilizado para o alcance dos objetivos e dos impactos (espaciais) desejados e planejados. A 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras realizada na capital federal representou o ápice desse movimento no início deste século. Foi um exemplo da confluência, convergência e insurgência da pluralidade dessas mulheres negras.

A materialização do ato público com um número estimativo de 50 mil mulheres negras de quase todos os estados federativos do Brasil foi o ápice desse movimento ao operar "saltos escalares", ou seja, "a instauração de desdobramentos nacionais a partir de ações locais, na verdade, articulando escalas" (Santos, 2011, p. 62) por meio dos diversos coletivos, grupos de

2 A noção do "bem viver" evoca o discurso descolonial que é muito significativo em circuitos ativistas e acadêmicos na região andina e em outras partes da América Latina e que está ganhando adeptos entre algumas mulheres negras, ativistas e mulheres indígenas no Brasil" (Alvarez, 2016).

3 Esta Marcha foi contra a Farsa da Abolição e era um grito contra o racismo, uma defesa das tradições e culturas afro-brasileiras e uma luta pelo direito à memória da população negra.

4 A Marcha Zumbi dos Palmares aconteceu em Brasília no ano de 1995 e teve a participação de mais 30 mil mulheres negras. Os aliados se reuniram em Brasília para a 1ª Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e pelo Bem Viver levando a Carta das Mulheres Negras (2015), que reivindicava o direito à vida e à liberdade, o bem viver, moradia, justiça, educação, terra e cidade e se perpetuava como um novo pacto civilizatório (Figueiredo, 2018). Em um momento histórico de atuação do Movimento Negro, uma das pautas de reivindicação política para implementação de ações afirmativas raciais era o debate sobre os pós-abolição.

mulheres negras organizadas, instituições negras, e Fóruns de Mulheres Negras espalhados pelo Brasil, como por exemplo, o FEMNegras/RJ⁵, organizados por comitês impulsores locais em todo território nacional.

participar de uma marcha nacional para Brasília envolve não apenas um deslocamento físico em escala nacional, mas também, encontros e trocas de experiências entre indivíduos de diferentes locais e regiões, que proporciona uma visão, um sentido nacional de uma luta individual ou local, assim como a consciência e a expectativa de uma repercussão nacional e de respostas nacionais dadas por interlocutores nacionais (Santos, 2011, p. 60).

Figura 1 – Mulheres de Axé em Brasília, 2015



Fonte: Claudia Ferreira/ E-book Marcha das Mulheres Negras 2015.

Na Figura 1, observamos as Mulheres de Axé, que são as mulheres pertencentes às religiões de matrizes africanas e que desempenham papel central na preservação de seus espaços sagrados e territórios-terreiros (Corrêa, 2006). Segundo Silva (2021), essas mulheres são reconhecidas como guardiãs do patrimônio cultural civilizatório, da espiritualidade e de tecnologias ancestrais negro-africanas. Elas se destacam por sua potência ética, estética, política e cultural, que sustenta tradições afrorreligiosas alicerçadas na ancestralidade, no comunitarismo, na oralidade, na força vital, no equilíbrio e na ética coletiva.

Essas mulheres desempenham papéis centrais na defesa dos seus modos de

5 O Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro organiza anualmente a Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, marcando o encerramento das atividades do mês de julho referentes ao dia 25 de julho, que é o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia de Tereza de Benguela. Esse dia foi definido como o dia da Mulher Negra Latina e Caribenha no primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, em 1992, em Santo Domingos, na República Dominicana. “Essa data foi reconhecida pela ONU em 1992 e, no Brasil, reivindicada pelo movimento de mulheres negras e instituída, em 2014, através da Lei 12987/2014 como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra” (Malungo, 2021, p. 19).

vida multidimensionais. A cosmopercepção⁶ negro-africana de espaço-tempo é caracterizada pela circularidade espiralada e contínua. Estar em comunhão com a natureza é ethos ancestral negro-africano, pois a natureza é indispensável aos cultos aos Orixás, Inquices, Voduns e Encantados

Silva (2021) ressalta que as experiências políticas das Mulheres de Axé são profundamente espaciais, manifestando-se por meio da matrigestão dos seus territórios-terreiros, bem como da organização, mobilização e movimentos coletivos em defesa de seus territórios e direitos. A luta dessas mulheres é o enfrentamento à colonialidade, ao racismo religioso e ao patriarcado, sistemas que fragmentam corpos e culturas. A geografia é convocada a reconhecer essas trajetórias socioespaciais como atos políticos que reafirmam o agenciamento dos corpos-territórios dessas mulheres.

As análises de Silva (2013; 2021; 2022; 2023) trazem uma proposta de epistemologia negro-africana corporificada para ciência geográfica. Analisando a escala de ação (ação e o papel dos agentes), a proposta tensiona a Geografia a revelar mundos fora da dinâmica ocidental para além do que esta fez e faz de nós. Essa abordagem recentra agenciamento dos corpos negros no espaço através da potência de reterritorializar-se neste mundo antinegro e de agir por meio de estratégias de enfrentamento e negociações. Assim, pensar a escala do corpo-território das Mulheres de Axé e o enraizamento ontológico e epistemológico do território de pertencimento em movimento é revelar que esses corpos-políticos produzem geografias em movimento/insurgentes e geografias da/para a liberdade, a emancipação e o bem viver.

Para Silva (2022), essa proposta epistemológica contribui com o fazer político como experiência espacial das mulheres de axé frente ao racismo religioso, pois o fazer político acontece por meio das organizações e mobilizações, o que significa que essas mulheres se posicionam ativamente exigindo a garantia dos direitos e, então, colocam-se politicamente na arena pública para resolução de conflitos, construindo alternativas de re-existência e apresentando-se como agentes de luta por garantia de direitos ao enfrentar o racismo religioso.

Silva (2023) destaca que o racismo contra as religiões de matrizes africanas é histórico, manifestando-se por meio de criminalizações, perseguições e diversas violações promovidas pelo Estado, entendido aqui como um projeto político contínuo realizado por um grupo de pessoas engajadas e empenhadas nesse propósito. Ao longo das diferentes épocas, esse racismo se perpetua através de omissões e impunidades concedidas a outros agentes que promovem a destruição e demonização dos territórios-terreiro e das pessoas afrorreligiosas.

A antropóloga Ana Paula Miranda (2023) afirma que, com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, a esfera pública política

6 Silva (2021) privilegiou este ao termo “cosmovisão”, usualmente utilizado pela literatura sobre religiões afro-brasileiras, porque, de acordo com Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021, p. 29): “O termo ‘cosmovisão’, que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo ‘cosmopercepção’ é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais”, dando, assim, espaço aos outros sentidos e percepções corpóreas.

evidenciou uma nova onda conservadora de natureza político-cristofascista, fundamentada nos pilares de “Deus, Família e Pátria”. Nesse contexto, observou-se um crescimento substancial das igrejas neopentecostais e o aparelhamento das instituições judiciais e políticas.

Silva (2013), no mesmo sentido, ressalta que esse projeto político de poder, engendrado pelo bispo e empresário fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e proprietário da rede de televisão Record, Edir Macedo, tem como base a negação do outro e a formatação deste outro como o inimigo a ser combatido. Já em Silva (2023), o autor apresenta que tal fenômeno, no cenário de 2016 em diante, resultou no aumento notório dos discursos e crimes de ódio contra as práticas afrodiaspóricas e indígenas no Brasil pela participação ativa dos evangélicos na arena política nacional, sendo mensurado na cartilha intitulada “Respeite o meu terreiro”⁷. No período de janeiro a junho de 2022, o país registrou 383 denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100. O estado do Rio de Janeiro liderou com 81 denúncias, seguido por São Paulo com 63 e Minas Gerais com 29. A maioria dos relatos foi feito por pessoas afrorreligiosas e grande parte das vítimas são mulheres.

Diante desse quadro, a autora ainda enfatiza que trazer à tona essas narrativas é reconhecer a experiência espacial do fazer político dessas mulheres que se colocam na arena de disputas políticas como agentes de luta, com seus saberes engajados na mobilização de agendas voltadas ao combate do racismo religioso, na reivindicação por reconhecimento desse patrimônio cultural como projeto político de sociedade e, sobretudo, na garantia do direito de permanecer no território com seus modos de vida para criação de futuros.

Figura 2 – 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras em Brasília/DF, 2015.



Fonte: Thais Moreira (Articulação, 2015).

7 Disponível em:
<<https://defensoria.rj.def.br/uploads/imagens/2e80ce9ffa1647a881eb7551f6846c0a.pdf>>.
Acesso em: 15 maio 2025.

É importante reconhecer e incorporar essas experiências no espaço e suas perspectivas analíticas para a construção de um conhecimento geográfico mais inclusivo e representativo, como demonstram os caminhos das geografias negras elaborados por Guimarães (2020), por este campo de estudos nos possibilitar múltiplas maneiras de interpretar o mundo por meio de epistemologias negro-africanas, enfatizando a identidade e a subjetividade racial.

Dessa forma, as intervenções políticas e espaciais das mulheres negras organizadas do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro como espaços de socialização propositiva (Santos, 2011) concebem ações sociopolíticas e são repertório de lutas, reescrevendo em perspectivas não hegemônicas. Como escreve Kilomba (2019), torna-se possível o “study up”, que é produzir conhecimento e fazer ciência “desde dentro”, isto é, investigar membros de seu próprio grupo social, tal como também versa García (2012), em *Afroepistemología y afroepistemológica*, que esse caminho de construir desde dentro é criar condições para que possamos falar sobre nós mesmos, com consenso e dissenso, produzir novas práticas conceituais e sociais.

Então, ao examinar a organização escalar estadual das mulheres negras na luta por formulações de políticas públicas que garantam direitos básicos, a defesa das territorialidades negro-africanas e o reconhecimento das diferenças na luta social, política e por justiça racial, social e de gênero, adotamos a perspectiva desde dentro.

Geografia em Movimento das Mulheres Negras no Rio de Janeiro

O Fórum Estadual de Mulheres Negras (FEMNegras) do Estado do Rio de Janeiro (Silva, 2021b; 2022b; 2023b) se constitui um espaço interseccional e relacional (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2021) onde são forjadas novas aprendizagens de lutas sociais e práxis políticas a partir dos movimentos sociais negros, com o objetivo de mobilizar e reivindicar outras possibilidades espaciais de existência e re-existência nesta sociedade moderna moldada pelas colonialidades do saber, do poder, do ser, da natureza e de gênero.

O Movimento de Mulheres Negras demarca a história da população negra e sua trajetória política com o objetivo de ampliar, denunciar e reivindicar a autonomia dessa população visibilizando suas singularidades e considerando a compreensão de que foi fundamental incorporar a perspectiva de gênero/raça para fortalecer a luta antirracista e antissexista. Esse movimento é formado por diferentes mulheres negras politicamente organizadas, que são ativistas/militantes, ou seja, intelectuais orgânicas que possuem uma agenda política, social e cultural de sentidos e poder, que reconhecem a si e às outras mulheres negras como sujeitas de conhecimentos, teorias e práticas usadas mutuamente (Rodrigues, 2006).

A partir do uso do diálogo, do afeto e da escuta sensível, estas são movimentações importantes para provocar outros deslocamentos no seu modo de agir, reformular, reivindicar e organizar outras experiências, bem como critério de significação e ressignificação desse movimento social pela ética do cuidado, do afeto mútuo e da partilha, na responsabilidade pessoal e coletiva (Collins; Bilge, 2021).

Rachel Cabral da Silva, Ana Beatriz da Silva, Monique Bonifácio Barroso

Dessa maneira, observamos as inserções sociopolíticas em diferentes escalas de ação das mulheres negras utilizando o método de investigação desde dentro e engajada. A pessoa que investiga considera sua trajetória tanto na participação em lutas sociais como em processos de elaboração teórica, ou seja, produzindo luta e conhecimentos (Gomes, 2017; Santos, 2011).

O campo de estudo das Geografias Negras desafia a neutralidade científica ao disputar novas narrativas e questionar a posicionalidade dos corpos. Nesse contexto, as pessoas negras que pesquisam se reconhecem em suas pesquisas, valorizando temas negros oriundos de múltiplos saberes, marginalizados e invisibilizados nos estudos tradicionais. Isso ocorre porque todo corpo que pesquisa está posicionado social e espacialmente. Essa pessoa, ao ocupar esse espaço, constrói uma outra percepção de mundo e está duplamente à margem do centro de produção de conhecimento: tanto pelos marcadores sociais da diferença que carrega quanto pela sua atuação em denunciar processos de invisibilização. Ao tensionar o pacto da branquitude (Bento, 2022), fazendo geografias de denúncias (Silva, 2013), ela também colabora na construção de novas possibilidades de futuro e liberdades (Silva, 2021).

Nesse sentido, de acordo com essa perspectiva metodológica e epistemológica, as pesquisadoras se posicionam frente às afinidades com as interlocutoras de pesquisa a partir dos saberes e conhecimentos das lutas das mulheres negras organizadas em busca de se criar alternativas de práticas espaciais enegrecidas viáveis, para a criação de uma "geografia das mulheres negras em movimento". Essa dinâmica espacial é feita por quem luta por justiça racial, social e de gênero visando a resignificação do fazer político das mulheres negras organizadas em defesa da vida e da manutenção de seus modos de vida e pelo bem viver.

Compreendemos, portanto, que as escalas de ação políticas e sociais realizadas pelas mulheres negras organizadas são interligações entre os sujeitos sociais e os fenômenos socioespaciais existentes, orientados nas disputas dos jogos de poder. O Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro utiliza as escalas da política para fazer uma "política de escalas" (Santos, 2015, p. 75) mobilizadas por múltiplos processos escalares (local, regional, nacional, global) a partir de agentes sociais e recursos para pensar os ordenamentos das escalas e do poder.

Santos (2015) nos diz que a política de escalas promovida pelos próprios movimentos sociais provoca outras possibilidades de construção, manutenção e imposição das agendas nas diversas arenas de disputa políticas. Isso permite reunir, em uma mesma leitura escalar, "a complexidade dos jogos políticos organizados de forma multiescalar" (Santos, 2015, p. 75), mantendo o protagonismo dos agentes do movimento social, nesse caso, o Fórum Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro em mobilizar recursos, interlocutores e processos em diferentes escalas para fortalecer a agenda racial e de gênero (interseccional) e para fomentar e influenciar políticas públicas.

Assim, a geografia provocada pelo Movimento de Mulheres Negras se relaciona com as dimensões socioespaciais políticas, sociais, culturais, ambientais, econômicas construídas no espaço geográfico (Fernandes, 2015), com foco em políticas públicas para a população negra pelos seus direitos básicos humanos. Portanto, como afirma esse autor:

Rachel Cabral da Silva, Ana Beatriz da Silva, Monique Bonifácio Barrozo

A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para a transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (Fernandes, 2015, p. 30).

Dessa forma, a partir das transformações e das experiências provocadas pelas ações políticas Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em suas espacialidades, nos ajuda a pensar as estruturas burocráticas nas relações instituídas na forma de apropriação na produção de práxis, conhecimentos, saberes e lutas emancipatórias. As Mulheres Negras organizadas do FEMNegras/RJ refletem novas relações entre sociedade e natureza, com respeito à humanidade desse grupo social no seu direito à participação plena em diferentes escalas que se interagem e se influenciam mutuamente, criando uma dinâmica complexa de poder e transformação social na promoção da cidadania local e nacional.

Figura 3 – IX Marcha das Mulheres Negras no Rio de Janeiro, em julho de 2023



Fonte: Tânia Rêgo/Agência Brasil, 2023.

A análise das práticas espaciais enegrecidas, interseccionais e geográficas das experiências das mulheres negras organizadas do Fórum Estadual de Mulheres Negras através das Marchas construídas no Rio de Janeiro desde de 2015 revela a sua importância nas escalas de ação política no Rio de Janeiro para as demandas provocadas pelo movimento social relacionadas ao racismo, ao sexismo, ao genocídio da juventude negra, entre outras pautas reivindicativas das mulheres negras em re-existência e pelo bem viver.

Sendo assim, destacamos as elaborações sociopolíticas do Movimento de Mulheres Negras do RJ, por meio do FEMNegras, nestes últimos 10 anos de lutas sociais em mobilizações, pressões, articulações capazes da construção do Fórum Permanente de Diálogo Marielle Franco com as Mulheres Negras na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que tem o objetivo de acolher, de forma constante, as demandas de políticas públicas contra o racismo e pela igualdade racial e social.

Acreditamos, portanto, que cada Marcha demandou e demanda novos

Rachel Cabral da Silva, Ana Beatriz da Silva, Monique Bonifácio Barrozo

agentes sociais, corpos políticos racializados (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2021; Butler, 2018) femininos formulando outros olhares políticos sobre a cidade, sobretudo, em anos de Marchas que acontecem ou aconteceram eleições públicas municipais e estaduais na cidade. Observamos que conjunturas políticas acontecem de forma conflituosa no campo da civilidade nesse período. Porém, entre as mulheres negras que se disponibilizam a entrar neste campo de disputa política na cidade, a ação é produzida pelo coletivo e pelo afeto, pois a corporeidade das mulheres negras é destroçada pelos processos de desumanização e interrupções e o movimento social de mulheres negras reconstrói estes corpos em ação pela afetividade ao mesmo passo que instrumentaliza para a luta política.

Enfim, reconhecemos a necessidade de desconstruir as estruturas de poder que perpetuam o racismo e o sexismo. As mulheres negras organizadas, por meio de suas lutas políticas e ativismo, reivindicam novas relações sociais buscando justiça socioespacial, racial e cognitiva. A Geografia protagonizada pelas mulheres negras nesse movimento social evidencia a complexidade e a dinâmica dos jogos políticos organizados de forma multiescalar, contribuindo, portanto, para a construção de um conhecimento geográfico mais inclusivo e representativo.

Conclusão

O artigo enfatizou a importância de reconhecer e valorizar as Geografias das Mulheres Negras em movimento como uma forma de resistência e de reivindicação de espaços. A crítica à Geografia tradicional e a proposta de seguir para além da descolonização do gênero e do espaço, indo em direção da busca pela liberdade ao trazer possibilidades de pensar endogenamente – desde dentro – as diferentes formas de existência espacial (Silva, 2021), são fundamentais para combater as opressões racializadas e capitalistas.

A inclusão de epistemologias enegrecidas e a reformulação do ensino de geografia são passos essenciais para dismantlar a violência epistêmica e promover uma compreensão mais justa e inclusiva das experiências espaciais das mulheres negras reconhecendo a necessidade de reescrever as experiências das mulheres negras forjadas no coletivo e organizadas politicamente.

A interlocução de temas apresenta nossas perspectivas de mulheres negras pesquisadoras como possibilidade, tal como visto em Silva (2021; 2022; 2023), que apresenta as narrativas escalares das mulheres de axé no enfrentamento do racismo religioso, e Silva (2021b; 2022b; 2023b), com o Fórum de Mulheres Negras. Ambas destacam as geografias negras em movimento no processo de reconfiguração das experiências espaciais das mulheres negras e afroreligiosas que se articulam em redes/escalas para reivindicar novas formas de relação entre sociedade e natureza, pela justiça social/racial e de gênero, buscando transformações nas relações sociais e lutando pelo respeito e entendimento de outras dimensões do espaço geográfico (Silva, 2023), que culminam no ato de luta nas Marchas das Mulheres Negras no Rio de Janeiro, realizado todo final do mês de julho em Copacabana, e a Marcha Nacional, realizada em Brasília.

Assim, propomos a necessidade de reavaliar as práticas acadêmicas e

educacionais para construir uma geografia que reconheça e valorize a diversidade de experiências e perspectivas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais equitativa e democrática. Ao trazer o protagonismo das mulheres negras na Geografia em movimento, as possibilidades de construir caminhos epistêmicos para transcender as violências que fragmentam seus corpos, buscando existências integrais pautadas no bem viver. Isso implica em reescrever a realidade brasileira sem imposições de modelos civilizatórios padronizados, reconhecendo memórias não apenas como resistência, mas como expressões de potência no presente e como perspectiva.

Na 10ª Marcha das Mulheres Negras realizada no dia 28 de julho de 2024, na praia de Copacabana, em período de eleições municipais com mais de 50 candidatas ao cargo de vereadora pelo Estado do Rio de Janeiro, ficou evidenciado que o Movimento de Mulheres Negras, em sua pluralidade, para além de transformar a estrutura socioespacial produzida e gestada pela e para branquitude heteronormativa e fállica, é também educador (Gomes, 2017). Ademais, é formador ao criar/produzir quadros políticos para disputar espaços de poder nas casas legislativas, mantendo-se vinculado ao espaço do século XIX, composto quase que exclusivamente por homens brancos com seus respectivos herdeiros políticos que compõem as bancadas da bala (milicianos), do boi (latifundiários) e da bíblia (religiosa), que interrompem trajetórias e vidas negras. Então, reposicionar cognitivamente esses conhecimentos sobre o feminino negro na Geografia é fundamental para uma nova abordagem de inclusão, além de apontar para a necessidade de redefinir a narrativa de Brasil, valorizando a diversidade e potência das experiências femininas negras (Silva, 2021).

Pela desobediência e ousadia estamos avançando, seguindo em Marcha, fortalecendo as mulheres negras e criando quadros políticos para ocupar espaços que decidem sobre as vidas negras. Rumo à II Marcha Nacional das Mulheres Negras, a ser realizada em 25 de novembro de 2025, em Brasília. Nos encontraremos na luta. "Vem para Marcha, vem!".

Referências

ARTICULAÇÃO de Mulheres Negras Brasileiras. **Marcha das mulheres negras**. Brasília: Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

ALVAREZ, Sonia E. "Vem Marchar com a Gente"/Come March with Us. **Meridians**, v. 14, n. 1, p. 70-75, 2016.

BARROZO, Monique Bonifácio. **As representações das mulheres negras no contexto dos Livros Didáticos de Geografia sob a ótica da Lei 10.639/03 – Gênero em questão**. Monografia (Licenciatura plena em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. **Pelos caminhos do Cafundá**: paisagem e memórias de um quilombo carioca. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 15 maio 2025.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira; SOUZA, Lorena Francisco. 20 anos da lei 10639/03 e o ensino de geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 111, p. 1-13, 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Aureanice de Mello. O terreiro de candomblé: uma análise sob a perspectiva da geografia cultural. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 51-62, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, 2002. p. 171-188.

DALEY, Patricia. Lives lived differently: Geography and the study of black women. In: **Area**, v. 52, p. 794-800, 2020. Disponível em: <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/area.12655>. Acesso em: 14 maio 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, [S. l.], n. 15, p. 59–86, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2000.361. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/361>. Acesso em: 14 maio 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista direito e práxis**, v. 9, p. 1080-1099, 2018.

GARCIA, Antônia dos Santos. Mulher negra e o direito a cidade: relações de raça e de gênero. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas**

e racismo. Petropolis, RJ: DP et Al; Brasília, DF: ABPN, 2012.

GARCÍA, Jesús Chucho. Afroepistemología y afroepistemológica. *In:* WALKER, Sheila (Org.). **Conocimiento desde adentro:** los afrosudamericanos hablan de sus pueblos e sus historias. Editorial UC, 2012. p.77-92.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, Limitada, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-3, p. 69-81, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial.** 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras e geografias negras. **Revista da ABPN**, v. 12, ed. esp., caderno temático “Geografias negras”, abr. 2020, p. 292-31. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/866>. Acesso em: 14 maio 2025.

HAWTHORNE, C. A.; LEWIS, J. S. Black geographies: material praxis of black life and study. *In:* **The black geographic:** praxis, resistance, futurity. Durham: Duke University Press, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE MOS, R. (2016). **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015:** Uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (UFF).

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, SC, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.

MALUNGO, Cristhiane. **Entre o Atlântico e a Atlântica: (Re)existências em movimento.** 2021. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

MCKITTRICK, Katherine. On plantations, prisons, and a black sense of place. **Social & cultural geography**, v. 12, n. 8, p. 947-963, 2011.

MCKITTRICK, Katherine. Introduction. **Demonic Grounds:** black women

Rachel Cabral da Silva, Ana Beatriz da Silva, Monique Bonifácio Barrozo

and the cartographies of struggle. Minnesota: University of Minnesota Press, 2006. p. IX-XXXI.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Política de terreiros e política para terreiros: violações, reconhecimento de direitos, espaço público e resistências dos “povos tradicionais de matriz africana”. **Heinrich-Böll-Stiftung**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/08/18/politica-de-terreiros-e-politica-para-terreiros-violacoes-reconhecimento-de-direitos>. Acesso em: 01 maio 2023.

Oyèwùmí, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, 2007, p. 93-126.

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As fronteiras entre a raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SANTOS, Renato Emerson dos. (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: O negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 7, n. 1, p. 04-24, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de Geografia**: temas da lei 10.639. 1. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS, Renato Emerson dos. Escalas da Ação Política e Movimentos Sociais: O caso do Movimento Negro Brasileiro e a Emergência de Políticas Educacionais de Combate ao Racismo. **GEOgraphia**. ano 17, n. 33, 2015.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos sociais e geografia**: sobre a(s) especialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SILVA, Ana Beatriz da. **“Coisa de mulher” e “Criola”: um estudo sobre aprendizagens decoloniais em ONGs de mulheres negras**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Ana Beatriz da. Práticas espaciais de r-existências do movimento de mulheres negras: geo-grafias descoloniais em experiências, vivências e ativismos. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021b. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78542>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SILVA, Ana Beatriz da. Escalas de ações políticas do Movimento de Mulheres Negras do Brasil: emancipação e bem viver em contexto da América Latina. **Anais eletrônicos do XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos**. AGB. 2022b. Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=11>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SILVA, Ana Beatriz da. Confluências interseccionais no movimento de mulheres negras: legado da luta em dimensões espaciais políticas em marcha. **Anais do XV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2023b. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94623>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, R. C. da; ABRANCHES JUNIOR, N. A naturalização do racismo e a espacialidade dos corpos pretos no Brasil. **Revista Coletiva Fundaj**, FAJ/RECIFE/PE, p. 1 - 12, 15 dez. 2020. Disponível em <https://www.coletiva.org/dossie-racismo-n28-artigo-naturalizacao-do-racismo-e-a-espacialidade-dos-corpos-pretos-no-brasi>. Acesso em: 14 maio 2020.

SILVA, Rachel Cabral da. **Conflitos religiosos e espaço urbano contemporâneo: cruzamentos dos fenômenos de dispersão espacial dos sistemas de significações religiosas de neopentecostais e religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2013. 181p.

SILVA, Rachel Cabral da. A escala do corpo-território das mulheres de axé: uma abordagem afrocentrada para uma geografia da liberdade. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78282>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SILVA, Rachel Cabral da. Uma construção de caminhos epistemológicos para pensar o corpo-território de mulheres de axé frente ao racismo religioso. **Anais eletrônicos do XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos**. AGB. 2022. Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=11>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SILVA, Rachel Cabral da. Da escala corpo-território das mulheres das comunidades tradicionais de terreiro para a escala da ação política para liberdade religiosa no rio de janeiro. **Anais do XV ENANPEGE**. Campina

Rachel Cabral da Silva, Ana Beatriz da Silva, Monique Bonifácio Barroso

Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94160>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1 sem. 2020, n. 45, v. 18, p. 16-26.

VAZ, Livia Maria Santana e Sant'Anna; RAMOS, Chiara. **A justiça é uma mulher negra**. Belo horizonte: Casa do Direito, 2021.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Rachel Cabral da Silva: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação), Escrita – revisão e edição.

Ana Beatriz da Silva: Conceituação, Investigação, Escrita (primeira redação), Escrita – revisão e edição.

Monique Bonifácio Barrozo: Conceituação e Escrita – revisão e edição.

Recebido em 01 de agosto de 2024.

Aceito em 06 de março de 2025.

Rachel Cabral da Silva, Ana Beatriz da Silva, Monique Bonifácio Barrozo

